

LEONARDO CAMPOS SOARES DA FONSECA

O CONTROLE

DA POLÍTICA PÚBLICA DE  
FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS  
E TRATAMENTOS DE SAÚDE:

*parâmetros doutrinários  
e jurisprudenciais*



<b>Belo Horizonte</b> Av. Brasil, 1843, Savassi, Belo Horizonte, MG Tel.: 31 3261 2801 CEP 30140-007	<b>São Paulo</b> Av. Paulista, 2444, 8º andar, cj 82 Bela Vista – São Paulo, SP CEP 01310-933
--	---

WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

Copyright © 2020, D'Plácido Editora.

Copyright © 2020, Leonardo Campos Soares da Fonseca.

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, por quaisquer meios,  
sem a autorização prévia do Grupo D'Plácido.

*Editor Chefe* Plácido Arraes

*Editor* Tales Leon de Marco

*Produtora Editorial* Bárbara Rodrigues

*Capa, projeto gráfico* Letícia Robini  
[Imagem de S. Hermann & F. Richter, por Phabpay]

*Diagramação* Enzo Zaquere Prates

#### Catálogo na Publicação (CIP)

F676 Fonseca, Leonardo Campos Soares da  
O controle judicial da política pública de fornecimento de medicamentos e tratamento de saúde : parâmetros doutrinários e jurisprudenciais / Leonardo Campos Soares da Fonseca. - 1. ed. - Belo Horizonte, São Paulo : D'Plácido, 2020. 166 p.

ISBN 978-65-5589-109-6

1. Direito. 2. Direito Previdenciário. Seguridade Social. 3. Saúde. 4. Fornecimento de medicamentos. I. Título.

CDDir: 341.6412

Biblioteca responsável: Fernanda Gomes de Souza CRB-6/2472

GRUPO  
D'PLÁCIDO



\*  
Rodapé



## Sumário

<b>Prefácio</b> .....	<b>11</b>
<b>Apresentação</b> .....	<b>15</b>
<b>Introdução</b> .....	<b>19</b>
<b>1. O histórico do direito à saúde no Brasil e sua positivação</b> .....	<b>25</b>
1.1. O desenvolvimento normativo da saúde no Brasil.....	25
1.2. O direito à saúde nas Constituições.....	29
1.3. O Pacto dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.....	33
1.4. Legislação infraconstitucional atual sobre direito à saúde.....	35
<b>2. Noções propedêuticas acerca do controle judicial da saúde</b> .....	<b>39</b>
2.1. Do Estado Liberal ao Estado Democrático de Direito.....	39
2.2. A evolução da atuação judicial na garantia dos direitos sociais até o paradigma do Estado Democrático de Direito.....	48
2.3. A separação de Poderes e o controle judicial de constitucionalidade/legalidade dos direitos sociais.....	56
<b>3. Judicialização da saúde e protagonismo judicial</b> .....	<b>65</b>
3.1. Neoconstitucionalismo e Pós-Positivismo jurídico.....	65
3.2. A judicialização da saúde.....	74

3.3. O ativismo judicial.....	79
3.4. Relações e distinções entre judicialização e ativismo judicial.....	84
3.5. Críticas ao protagonismo judicial.....	86
<b>4. Parâmetros do controle judicial na política pública de fornecimento de medicamentos e tratamentos.....</b>	<b>93</b>
4.1. Justiciabilidade do direito à saúde e a necessidade de parâmetros.....	93
4.2. Direito ao mínimo existencial à saúde x reserva do possível.....	97
4.3. Falta de expertise do Judiciário e a responsabilidade solidária dos entes federados.....	117
4.4. Litigância individual x coletivização da judicialização.....	128
<b>Conclusão.....</b>	<b>143</b>
<b>Referências.....</b>	<b>153</b>